

## Educação: recursos do FNDE sem uso

**D**urante o terceiro Encontro de Articulação entre o Sistema Fecam (Federação Catarinense de Municípios) e o Governo do Estado, na quinta-feira (9), o secretário estadual da Educação, Natalino Uggioni, afirmou que há uma quantia importante de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponível para os municípios catarinenses, no total de R\$ 81 milhões, mas que não são acessados e, portanto, ficam sem aplicação. Nessa sexta-feira (10), a Fecam lançou nota em que ressalta que os municípios de Santa Catarina são “exemplo nacional na gestão dos recursos públicos na área da educação” e nega a informação do secretário. Uma das situações expostas pela Fecam para a diferença de dados é que o FNDE tem como prática considerar como recursos pagos os valores empenhados, inclusive, pontualmente, a aprovação de solicitação de desembolso. Só que o repasse demora a acontecer, prejudicando o andamento das obras com celeridade e levando, muitas vezes, à desistência das empresas contratadas por conta da desatualização dos valores. Outro motivo apontado na nota da Fecam é a morosidade do FNDE na publicação das atas de registro de preços que determinam a contratação e a liberação das aquisições, sem as quais os municípios não podem comprar. Há prefeituras que aguardam já há mais de um ano a autorização do Fundo. “As situações mencionadas geram enormes transtornos e prejudicam os municípios e o governo de Estado, na medida em que impedem a utilização do recurso para o atendimento das demandas da Educação, permanecendo, assim, os valores em caixa, em virtude de situações que pertencem à cadeia de relações entre municípios e FNDE”, explica a Federação na nota.

### Falando em Educação...

Marecho Tolentino



O deputado Onir Mocellin (PSL) segue sua cruzada para propagar pelo estado o modelo de ensino com gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar - a parte pedagógica seria responsabilidade da Secretaria, com gestão e disciplina da PMSC. Neste caso, a PMSC disponibilizaria polícias do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (Ctisp), ou seja, da reserva e não da ativas. Mocellin continua fazendo estudos, coletando dados, ouvindo o comando da PM e a secretaria estadual. Nessa semana, ele se reuniu mais uma vez com o secretário Natalino Uggioni. “Tenho recebido pedidos de todas as regiões de Santa Catarina. O modelo de ensino militar é um sucesso por todo o país, com aumento no desempenho escolar dos alunos, além de priorizar valores importantes como o respeito e a cidadania”, defende o parlamentar.

“Estamos fazendo um bom debate quanto a isso. Estamos nada mais fazendo o que o povo quis em 2005 e nós fomos até o limite da lei.”

Presidente Bolsonaro, sobre a possibilidade de o decreto que facilita o porte de armas ser inconstitucional

**100 dias** Neste sábado (11), os deputados completam 100 dias de mandato. Para marcar a data, o deputado Mocellin promoveu uma série de ações de prestação de contas aos eleitores. Falou das iniciativas que promoveu em favor de diferentes regiões do estado e de projetos para a Segurança Pública. Uma das lutas recentes é pela permanência da *The Ocean Race* em Itajaí, a busca por recursos para a nova ala do Hospital Marieta e preocupação com os impactos da obra de duplicação da Rodovia Antônio Heil, entre Brusque e Itajaí.

**Apoio reconhecido** O presidente da Federação das Associações Empresariais (Facisc), Jonny Zulauf, recebeu o agradecimento pessoal do governador Carlos Moisés pelo apoio que vem dando à iniciativa de redimensionar o duodécimo dos poderes

e da Udesc. Zulauf teve uma reunião na manhã dessa sexta-feira (10), com Nilson Modro, coordenador geral da universidade, Campus de São Bento do Sul, que falou em dificuldades até para pagamento de salários. Mesmo assim, mantém a posição que, aliás, é unânime entre seus representados.

**“Câncer”** O dirigente é duro nas críticas que faz: “Como um câncer no ser humano, o duodécimo é um corporativismo que prejudica o Estado de forma voraz. Compromete progressivamente o orçamento, quando destina mais 21% a cada mês para os órgãos. O curioso é que mesmo fixado um orçamento, as entidades beneficiam-se de ganhos de aumentos de arrecadação, normalmente, gerando sobras que estimulam gastos irresponsáveis em investimentos desmedidos”, disse Zulauf.

SEJA QUAL FOR A SUA BANDEIRA,  
ELA É A MESMA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA